

PÁG 2 Abraceel alcança a marca de 103 associadas

PÁG 5 É preciso avançar no PL 414: Abraceel debate o tema com MME

PÁG 7 Sexta Livre: Rodrigo Ferreira discute as oportunidades e desafios do setor de energia na comunicação

PÁG 10 Manual de boas práticas regulatórias orienta estados sobre o mercado de gás natural

PÁG 12 GT Abraceel discute Mercado Livre de gás no Rio de Janeiro

PÁG 13 MP Eletrobras: Abraceel contra medidas não isonômicas

PÁG 16 Abraceel marca presença na Agenda Setorial

PÁG 19 Curtas

PÁG 22 Governança Abraceel

PÁG 24 Próxima semana

PÁG 25 Calendário Abraceel

Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

Abraceel alcança a marca de 103 associadas

Matéria em 1 minuto

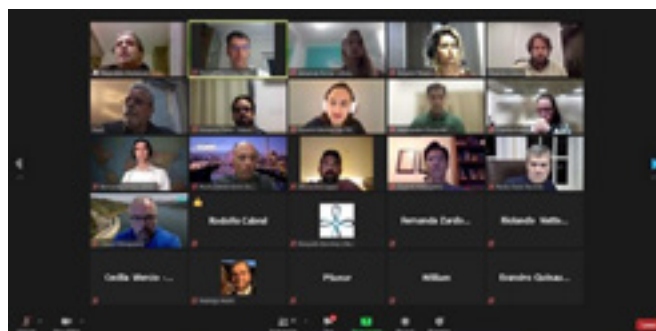
- Ideal, Indra e Mega são as novas associadas da Abraceel;
- Associadas terão prazo de 15 dias para conhecerem as propostas apresentadas para eventual alteração no Estatuto Social da Abraceel. Posteriormente, poderá ser convocada AGO específica para deliberar sobre as possíveis mudanças no Estatuto;
- Dentre as propostas estão: ampliação do número de membros no Conselho, criação da figura de conselheiro independente, novo critério para distribuição de votos e contribuição associativa, novas condições para a empresa lançar candidatura ao Conselho e limite para reeleição ao Conselho.



Tempo de leitura:
4 minutos

O Conselho da Abraceel se reuniu, no dia 29.04, para discutir assuntos de interesse das associadas. Compareceram todos os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

A pauta discutida foi a seguinte:



Acompanhamento orçamentário

Alexandre Lopes apresentou o acompanhamento orçamentário do primeiro trimestre do ano, que foi aprovado sem ressalvas pelo Conselho.

Acompanhamento de metas

Bernardo Sicsú apresentou o acompanhamento de metas e enfatizou que todas as estabelecidas no planejamento estratégico da Abraceel já foram iniciadas e estão avançando. Destacou que a Associação está debruçada estudando os pontos críticos no processo de migração, com a finalidade de propor medidas para simplificar o acesso de consumidores ao mercado livre. Informou que o Termo de Referência para o estudo sobre formação de preço por modelo foi concluído e que a consultoria Volt Robotics foi contratada para realizar estudo sobre monitoramento da alavancagem, que visa complementar as propostas da CCEE e oferecer subsídios à Aneel em caso de abertura da discussão sobre

o tema. Está em andamento também o desenvolvimento de nova cartilha com a BBCE sobre derivativos, com foco em aspectos contábeis e tributários.

Pedidos de adesão

Os pedidos de adesão das empresas Ideal, Indra e Mega foram aprovados por unanimidade pelo Conselho. Atualmente a Abraceel possui 103 associadas em seu quadro associativo.

Proposta de alteração do Estatuto Social

Considerando as sugestões que precederam a recente eleição do Conselho, foi aberto prazo para as associadas proporem alterações no Estatuto Social da Abraceel. Finalizado o prazo no dia 23.04, as propostas recebidas foram para:

- ampliar o número de membros no Conselho;
- criar a figura do conselheiro independente;
- estabelecer novo critério para distribuição de votos nas assembleias e no pagamento da contribuição associativa;
- instituir novas condições para as associadas lançarem candidatura ao Conselho; e
- colocar limite para reeleição ao Conselho.

O Conselho orientou que novo prazo de 15 dias seja aberto para que todos os associados tomem conhecimento das propostas e, da mesma forma, as empresas que apresentaram sugestões possam detalhá-las, em especial, aquelas que impactam a eleição do Conselho. De antemão, apontaram que a proposta que diferencia a contribuição associativa e o peso do voto da empresa nas assembleias pode ferir o ponto forte da Abraceel, isto é, que independentemente do tamanho da empresa, todas possuem os mesmos direitos e deveres, o que fortalece o caráter democrático da associação.

Atuação do Grupo Técnico da Abraceel

Buscando atender a sugestão do Conselho, de avaliar a oportunidade de criação de Comitês Técnicos no âmbito do Grupo Técnico da Abraceel, que teriam por objetivo tratar de metas ou temas específicas, por tempo determinado, com discussões via whatsapp e coordenados e geridos pela Abraceel, a Diretoria Executiva debruçou-se sobre a questão.

A síntese dessa reflexão foi apresentada por Frederico Rodrigues, que começou apresentando uma análise dos trabalhos e da operação do GT. Tendo mostrado que suas reuniões se dão majoritariamente sob demanda, foi possível perceber que a avaliação das associadas indica haver consistência técnica do GT, que obteve aprovação recorde das associadas de 100% nos últimos dois anos, e que aponta as principais características do GT como sendo de caráter democrático, objetivo, participativo e colaborativo.

Com efeito, nas entrevistas do último planejamento estratégico, as associadas pontuaram como positivo as contribuições de excelente qualidade, as reuniões do Zoom como



facilitadoras das discussões e a atuação rápida e com bom embasamento técnico do GT. Como pontos de melhoria foram apontados a necessidade de aprimoramento da divulgação do acompanhamento das metas e alguns poucos avaliaram que o grande número de associados eventualmente dificulta a atuação do GT. Um associado propôs a criação de forças-tarefa para temas específicos.

Na convicção de que o corpo de associadas tem avaliação satisfatória sobre a atuação do GT, a sugestão da Diretoria Executiva é intensificar o que já vem dando certo e aprimorar alguns pontos:

1. Preparação: buscar maior aproximação com o associado em conversas individuais prévias ao GT;
2. Tecnologia: explorar ainda mais o uso de votações online e ferramentas interativas para buscar maior alinhamento;
3. Frequência: nos temas mais complexos e que demandarem maior convergência, realizar mais reuniões em menor espaço de tempo;
4. Discussão ampla: continuar a convidar especialistas e autoridades para debater temas relevantes; e
5. Estudos Técnicos: continuar a contratar estudos técnicos de especialistas, sempre que o tema for complexo ou que exija a elaboração de uma proposta com embasamento mais fundamentado.

As sugestões foram aprovadas pelo Conselho e serão rapidamente implementadas pela Abraceel.

Assuntos Gerais

Yasmin Oliveira apresentou o tema relativo aos relatórios do ICMS. Após constatar que os relatórios mensais sobre ICMS produzidos pelo Escritório de Advocacia Julião Coelho são pouco visualizados, a Diretoria Executiva propôs substituir elaboração mensal do relatório por análise das alterações relevantes, sob demanda, quando ocorrerem. O atual relatório possui caráter informativo e, na nova proposta, o escritório analisaria e auxiliaria na estratégia de atuação de alterações específicas, que seriam informadas pelas associadas. O Conselho aprovou a alteração, que não tem impacto orçamentário.

Finalizando a reunião, Reginaldo Medeiros informou o Conselho sobre o envio de carta para o deputado federal Elmar Nascimento (DEM-BA), relator da MP da Eletrobras, e demais autoridades, conforme a matéria “MP Eletrobras: Abraceel contra medidas não isonômicas”. O Conselho reforçou a importância de se buscar apoio junto a outras associações e federações de consumo.

A apresentação realizada na reunião está disponível na área restrita do site, seção “Apresentações Exclusivas”.



É preciso avançar no PL 414: Abraceel debate o tema com MME

Matéria em 1 minuto

- Abraceel apresentou ao Ministério análise do PL 414, em especial da necessidade de aprimoramento de alguns de seus dispositivos, bem como dos que ficaram defasados, seja porque já contemplados - por regulamentação legal ou infra legal - ou por estarem superados em razão do desenvolvimento tecnológico e comercial ocorrido no período;

- Abraceel enfatizou a necessidade de maior clareza na redação que trata da abertura do mercado e reforçou que a entrada do preço por oferta depende do resultado de estudos preliminares;

- O MME afirmou que as propostas do projeto de lei estão avançando no âmbito do Comitê de Implementação da Modernização e que a estratégia é tentar não alterar o texto para acelerar sua aprovação, vetando o que for necessário. Além disso, enxergam a MP 1031 como prioritária para deliberação no Legislativo no cenário atual.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 23.04, a Diretoria da Abraceel esteve reunida com Marisete Pereira, Secretária Executiva do MME, Agnes Costa, Chefe de Assuntos Regulatórios, e equipe, para discutir a agenda do mercado de energia com foco no PL 414/2021.

Abrindo a reunião, Reginaldo Medeiros apontou que o projeto conta com o apoio da Abraceel, mas traz uma série de proposições que cinco anos atrás, quando se iniciou sua tramitação no Senado como PLS 232/2016, eram consideradas como as mais relevantes para promover a necessária modernização do setor elétrico brasileiro, concretizando a portabilidade da conta de luz. No entanto, muitas das propostas ficaram defasadas, seja porque já contempladas - por regulamentação legal ou infralegal - ou por estarem superadas em razão do desenvolvimento tecnológico e comercial ocorrido no período.



Nesse sentido, o Vice-Presidente de Energia, Frederico Rodrigues, apresentou quais os pontos identificados pela Abraceel, elencando os três prioritários:

- i.** Abertura de mercado: a redação atual do PL 414 não é clara quanto ao alcance dos consumidores com carga inferior a 500 kW;
- ii.** Contratos legados: não está prevista na redação atual do PL 414 o cuidado com o aumento dos contratos legados, estando mantida a obrigação da realização de leilões regulados. Isso estimularia o aumento desses contratos, que têm sido um dos entraves para viabilizar a abertura do mercado;
- iii.** Preço por oferta: a redação atual já endereça a questão como resolvida, estabelecendo inclusive, prazo para sua implementação. A Abraceel destacou, entretanto, que os estudos que precedem a implementação do mecanismo devem atestar sua viabilidade para que a melhor decisão seja tomada.

Dentre os demais pontos apresentados, também há questões relacionadas ao comercializador varejista, regulamentação da TUSD/TUST, encargos, bolsa de energia, entre outros temas, que estão devidamente detalhados na apresentação realizada, **que está na área restrita do site da Abraceel, seção “Apresentações Exclusivas”.**

Finalizada a exposição da Abraceel, Marisete e Agnes apontaram que já existe um entendimento entre os agentes de que vários dispositivos do projeto podem ser endereçados via infralegal. Ao mesmo tempo, a pasta tem estudado os temas via Comitê de Implementação da Modernização. Assim, entendem que o texto poderia ser aprovado da forma como está, com vistas a acelerar sua aprovação e evitar o retorno ao Senado, com vetos aos dispositivos que o Executivo julgar necessário. Por fim, entendem que avanços no PL 414 acontecerão após deliberada a MP 1031, que trata da privatização da Eletrobras. A Abraceel diverge dessa avaliação, pois considera muito provável que a Câmara dos Deputados altere o texto existente.

Abraceel se reúne com assessoria técnica do PSL e do Novo

A Vice-Presidência de Estratégia e Comunicação da Abraceel esteve reunida com Silvia Lobo, da assessoria da liderança do PSL na Câmara dos Deputados, no dia 28.04. A reunião faz parte de iniciativa da Associação para conscientizar os parlamentares sobre a importância de se avançar na discussão do PL 414/2021, que até o momento não teve despacho pelo presidente da Câmara dos Deputados. No dia seguinte, 29.04, a reunião foi com Ricardo Gomide, da assessoria técnica do Partido Novo.

Sexta Livre: Rodrigo Ferreira discute as oportunidades e desafios do setor de energia na comunicação

Matéria em 1 minuto

- Rodrigo trouxe uma nova perspectiva para a comunicação do setor elétrico, argumentando que é preciso focar em produtos, serviços e soluções. Consumidor não tem interesse em compreender as complexidades técnicas;

- Disse que é necessário trazer a comercialização para a realidade cotidiana do brasileiro e incorporar as tecnologias existentes para ofertar produtos;

- Comercialização precisa se mobilizar, enquanto o Congresso trabalha na nossa pauta, a comunicação deve atuar nos principais meios e nos mais diferentes formatos, a fim de que se tenha objetividade e assertividade na mensagem a ser comunicada.

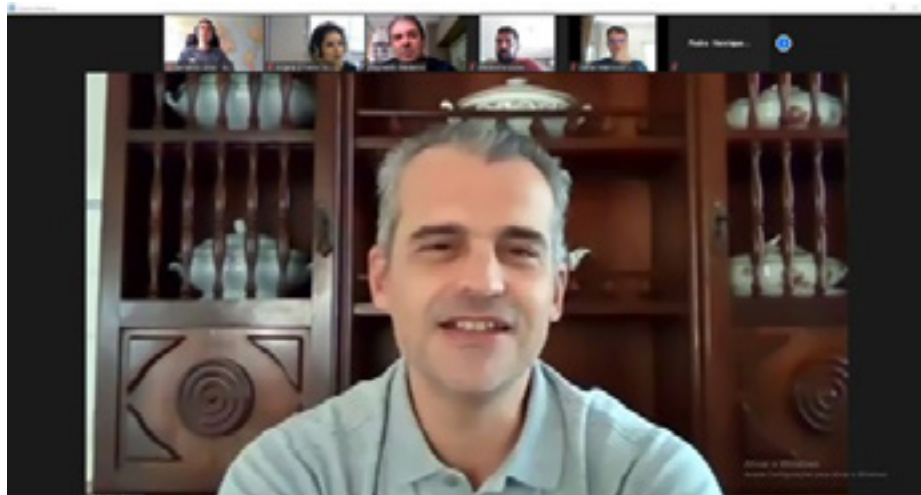


Tempo de leitura:
3 minutos

No dia 30.04, tivemos como convidado na Sexta Livre, evento exclusivo para as associadas, Rodrigo Ferreira, fundador do Grupo Canal Energia e jornalista especializado em energia elétrica, para discutir as oportunidades e desafios do setor de energia na comunicação. Em suma, Rodrigo trouxe uma nova perspectiva para a comunicação do setor elétrico, argumentando que é preciso focar em produtos, serviços e soluções. Dado que o consumidor não tem interesse em compreender as complexidades técnicas do setor elétrico, muito pelo contrário, seu objetivo é pagar mais barato na conta de energia com

a oferta de novos produtos, sendo a comunicação a peça fundamental para fazer essa ponte entre vendedor e consumidor.

Enfatizou que o grande e maior desafio atual da comunicação no setor elétrico é a abertura do mercado, mas para vencer esse desafio, é necessário que o setor





se comunique com o consumidor de maneira distinta, pois o foco da comunicação ainda não está no consumidor. É necessário vender um mercado completo com todo o aparato tecnológico disponível, fazendo nascer a necessidade de o consumidor ser livre, para que ele possa descobrir que não pode e, assim, encontrar um caminho para viabilizar essa realidade próxima.

Complementou afirmando que o consumidor não quer o mercado livre, pois nem ao menos sabe que ele existe. Citou que nunca viu na televisão ou redes sociais anúncios com promoções ou mensagens que sejam de fato chamativas, como por exemplo, “Tenha energia na sua casa pelo mesmo preço por 10 anos”, “Gere energia excedente em sua residência e nós garantimos a compra desse excedente”. Ressaltou a necessidade de trazer a comercialização de energia para a realidade cotidiana do brasileiro, como em propagandas televisivas, novelas e redes sociais, com a habilidade de adaptar a mensagem para o formato adequado. Deixou claro que eletrocratas querem falar com eletrocratas, dessa maneira, é preciso colocar as pessoas certas nos lugares corretos. Comunicação é observar, reparar e ler a cabeça do consumidor.

Questionado sobre a atuação das associações setoriais na mídia, salientou que há muitas associações no setor, sendo um mercado muito segmentado, o que ocorre devido aos muitos pensamentos e interesses distintos e conflitantes. Disse que, em sua visão, nenhuma associação está conseguindo se comunicar de forma muito exitosa. Entretanto, disse que a questão de “taxar o sol” foi uma jogada muito inteligente, pois atingiu o consumidor brasileiro com uma mensagem apelativa, rápida e clara, apesar de ser uma falácia. O consumidor quer ser provocado e quer solução e não educação, e quanto mais tentamos explicar, mais nos distanciamos do consumidor comum por ser um setor de alta complexidade.

Sobre o mercado varejista, disse que ainda precisamos aprender a fazer varejo e o grande desafio é compreender como esse mercado realmente funciona, visto que ainda não temos esse mercado consolidado no setor. Disse que a tecnologia ainda vai transformar o setor elétrico, a exemplo do que foi o Uber e o Ifood, que revolucionaram seus respectivos setores com um leque de opções entregue ao consumidor, como quantidade de produtos, promoções, rapidez e qualidade do serviço.

Ao tratar da abertura do mercado no Congresso Nacional, Rodrigo relatou que parlamentares se sensibilizam com o que o povo acredita e deseja, sendo a culpa dos projetos não andarem com a celeridade que se deseja não do parlamento, mas da comercialização, que não está comunicando sua mensagem da maneira adequada.

Reginaldo complementou dizendo que o objetivo da Abraceel desde o seu início foi difundir a mensagem do mercado livre para o maior número de parlamentares possível e que, dessa maneira, foram criados os projetos de lei na Câmara dos Deputados e Senado





Federal e as Frentes parlamentares. Ressaltou que com a pandemia, o grande desafio é mobilizar os parlamentares pelas redes sociais, visto que o parlamento está funcionando em outros modus operandi. Disse ainda que o trabalho deve ser ético, transparente e focado em um único objetivo. Finalizando a live, Rodrigo disse que o setor precisa fazer um “tsunami”, enquanto o Congresso trabalha na nossa pauta a comunicação deve atuar nos principais meios disponíveis e nos mais diferentes formatos, a fim de que se tenha objetividade e assertividade na mensagem a ser comunicada.

Agradecemos o Rodrigo Ferreira pela disponibilidade e pela conversa de extrema relevância para o nosso setor!



Manual de boas práticas regulatórias orienta estados sobre o mercado de gás natural

Matéria em 1 minuto

- Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás aprova a versão final do Manual que busca harmonização das regulações federal e estaduais no setor de gás natural;
- Diretrizes contidas no documento são um dos pilares do Programa Novo Mercado de Gás e estão alinhadas com a Nova Lei do Gás, 14.134/2021. O manual tem caráter orientativo e adoção pelos entes federativos é voluntária.



Tempo de leitura:
2 minutos

Nesta semana, o Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural (CMGN), composto por membros do MME, Ministério da Economia, ANP, EPE, CADE e Casa Civil, aprovou a versão final do Manual orientativo de boas práticas regulatórias para harmonização das regulações federal e estaduais no setor de gás natural.

As diretrizes contidas no documento são um dos pilares do Programa Novo Mercado de Gás e estão alinhadas com a Nova Lei do Gás, 14.134/2021. Respeitando a competência constitucional dos estados para regular os serviços de locais de gás canalizado, o manual tem caráter orientativo e sua adoção pelos entes federativos é voluntária.

As principais orientações abordam os seguintes temas:

- princípios regulatórios para os Consumidores Livres, Autoprodutores e Autoimportadores;
- transparência do teor dos contratos de compra e venda de gás natural para atendimento do mercado cativo;
- aquisição de gás natural pelas distribuidoras estaduais de forma transparente e que permita ampla participação de todos os ofertantes;
- transparência na metodologia de cálculo tarifário e na definição dos componentes da tarifa;
- adoção de metodologia tarifária que dê os corretos incentivos econômicos aos investimentos, para operação eficiente das redes;
- efetiva separação entre as atividades de comercialização e prestação de serviços de rede;
- estrutura tarifária proporcional à utilização dos serviços de distribuição, por segmento de usuários;





- (viii) aspectos técnicos; e
- (ix) indicadores de qualidade dos serviços.

Contribuição da Abraceel – CP 12/ANP

O documento foi submetido à consulta pública em setembro de 2020 e recebeu contribuições de 18 agentes setoriais, incluindo a Abraceel. Nela, solicitamos a não imposição de limite mínimo de consumo para enquadramento como consumidor livre. Sobre isso, foi analisado que o manual procurava não apontar valores exatos, mas orientações para a regulação, e incluiu-se um adendo no princípio 6.1:

“Embora não se estabeleça um valor mínimo necessário para categorização de um consumidor como livre, BA, ES, MG, RJ, SC e SE adotaram o volume de 10 mil m³/dia, nível que pode ser considerado um ponto de partida razoável.”

Também sugerimos destaque para a diretriz que trata da competência exclusiva da União para regular e autorizar a atividade de comercialização de gás natural. Nesse aspecto, o objetivo era ressaltar que a autorização da atividade pela ANP já é válida em todo território nacional, sendo desnecessária a obtenção de nova autorização em cada estado. Tal sugestão não foi acatada, pois aspectos teóricos e referentes às competências constantes em atos legais encontram-se em outros capítulos do Manual.

Por fim, foi estabelecido que o e o Manual deve ser atualizado na medida em que novas regras sejam estabelecidas para o setor no Brasil. **O documento está disponível no site da Abraceel, seção Biblioteca > Contribuições e Notas Técnicas.**





GT Abraceel discute Mercado Livre de gás no Rio de Janeiro

Matéria em 1 minuto

- GT discute consultas públicas abertas pela Agenera: metodologia de cálculo da TUSD e TUSD-E, condições gerais de fornecimento e de operação e manutenção de gasodutos dedicados aos agentes livres e condições gerais da atuação do comercializador;
- A Abraceel agendará reunião com a Agenera para reiterar os pontos a serem apresentados em suas contribuições às consultas públicas;
- GT enviará as minutas de contribuições para sugestões.



Tempo de leitura:
2 minutos

A Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA) abriu três consultas públicas que tratam, respectivamente, da metodologia de cálculo da TUSD e TUSD-E, condições gerais de fornecimento e de operação e manutenção de gasodutos dedicados aos agentes livres e condições gerais da atuação do comercializador. Para discutir as propostas apresentadas nas três discussões públicas, o Grupo Técnico da Abraceel se reuniu no dia 29.04.

Destaca-se que a Agenera ainda não regulamentou a figura do comercializador de gás no estado, logo esse é um dos objetivos da consulta pública 03/21, que buscou harmonizar as propostas apresentadas na minuta de deliberação com a Deliberação Arsesp 1.061/20, que regulamentou o comercializador.

Autorização para o comercializador de gás no RJ

A proposta estabelece que para ser agente comercializador de gás natural no Rio de Janeiro, é necessária autorização da Agenera, com longa lista de documentos obrigatórios a serem apresentados, sendo um deles a prova de capital mínimo integralizado ou patrimônio líquido de R\$ 1 milhão e possuir sede ou filial no estado.

Na reunião, os associados sugeriram que a Abraceel permaneça com sua defesa de que a atividade de comercialização é de competência federal, e que dessa forma a autorização emitida pela ANP seja suficiente para o exercício da atividade de comercialização, destacando que não se deve exigir sede ou filial no estado.

Em linha com o que vem sendo apresentado nos demais estados, a proposta em consulta pública prevê que os comercializadores apresentem cópias dos seus contratos de compra e venda junto aos fornecedores à Agenera, comprovando assim que possui volume de contrato de gás superior aos previstos nos contratos de compra e venda.



Na visão dos associados, a Agência Reguladora estadual não tem porque realizar gerenciamento dos contratos do mercado livre, de competência da ANP, e, por isso, o comercializador não deve apresentar seus contratos de compra e venda junto ao supridor para comprovar suas negociações comerciais.

Fiscalização da atividade de comercialização

Na opinião dos associados, a divulgação do preço médio de venda de gás aos consumidores livres, como foi proposto pela Agenera, não deve ser realizada, para não prejudicar a criação de um mercado concorrencial.

Outra proposta apresentada pela Agenera trata da taxa de fiscalização e controle sobre a atividade de comercialização de 0,50% do faturamento anual do agente. Os associados sugeriram que, se for cobrado tal taxa, pelo menos seja com base no faturamento obtido com a venda para usuários finais.

Questionou-se também se a taxa de fiscalização é devida pelos comercializadores, uma vez que não possuem instalações físicas para realização de tal serviço pelo regulador estadual, além de ser uma atividade de competência federal.

Concentração de mercado

Em linha com a regulação de São Paulo, é proposto que o comercializador não possa controlar mais do que 20% do volume de gás vendido no mercado livre do estado, e após três anos a Agenera publicará em seu site o percentual de participação de cada comercializadora na venda de gás aos consumidores livres.

Neste ponto, a Abraceel irá sugerir que antes de limitar a um valor de participação no mercado, o que pode criar barreiras no estágio inicial do mercado livre, que seja feito um trabalho conjunto entre o regulador e os demais órgãos de concorrência, caso seja necessário.

TUSD e TUSD-E

Por fim, sobre a metodologia de cálculo da TUSD e TUSD-E apresentada pela Agenera na consulta pública 01/21, os associados sugeriram que as propostas de metodologias sejam mais detalhadas, de forma a deixar claro o que compõe cada rubrica, além de reforçar a necessidade de respeito aos princípios da razoabilidade e especificidade disposto na lei do gás.

A Abraceel irá agendar reunião com a Agenera para reiterar os pontos a serem apresentados em suas contribuições às consultas públicas. A minuta de contribuição à CP 01 sobre a metodologia de cálculo TUSD e TUSD-E foi enviada ao Grupo Técnico e recebe contribuições até o dia 03.05 às 14h. A minuta da CP 03 sobre as condições gerais da atuação do comercializador será compartilhada em breve com os associados, para envio de sugestões. **A apresentação realizada na reunião está disponível na área restrita do site da Abraceel, em “Apresentações Exclusivas”.**

MP Eletrobras: Abraceel contra medidas não isonômicas

Matéria em 1 minuto

- Abraceel envia carta para autoridades do setor contra medidas não isonômicas na MP 1031 (privatização da Eletrobras);
- Foram apresentados 10 motivos para que o relator da medida, deputado Elmar Nascimento, não coloque em seu relatório a destinação do bônus de outorga das novas concessões, na parcela destinada ao setor elétrico, exclusivamente para o consumidor cativo.



Tempo de leitura:
3 minutos

Após o relator da MP da Eletrobras (MP 1031), deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), afirmar em “live” que pretende propor em seu relatório a destinação do bônus de outorga das novas concessões, na parcela destinada ao setor elétrico, exclusivamente para o consumidor cativo, a Abraceel enviou cartas a diversas autoridades, nas quais expusemos o despautério de tal proposição.

Argumentamos que a medida é injusta e não isonômica com os consumidores livres, podendo resultar em um complexo processo de judicialização no setor que colocaria em risco o próprio processo de capitalização da Eletrobras, além de prejudicar a retomada do crescimento econômico ao repetir erros do passado nos mesmos moldes da MP 579. Enfatizamos que a melhor medida para o Brasil dispor de preços de energia elétrica competitivos é promover a abertura total do mercado elétrico.

As cartas foram enviadas para o próprio deputado Elmar, ao MME, para o Ministro Bento Albuquerque, secretária Marisete Pereira, secretário Rodrigo Limp e secretário Paulo César, e ao Ministro Paulo Guedes e secretário Diogo Mac Cord, do Ministério da Economia.

Confira a seguir os dez motivos apresentados pela Abraceel:

1. As usinas da Eletrobras foram pagas por todos os consumidores de energia elétrica ao longo dos anos, pois não havia distinção entre livres e cativos.
2. Grande parte das usinas foi financiada com empréstimos compulsórios feitos pelo setor industrial à Eletrobras. Existiria a usina de Tucuruí sem a indústria do alumínio? O que dizer da usina de Furnas, onde o próprio site da Eletrobras diz que era um projeto “estratégico para o desenvolvimento industrial do país”. Isso em período de moratória da dívida externa e dificuldade de captação de recursos no mercado internacional.





3. A indústria brasileira foi importante financiadora das usinas, que foram construídas no regime de tarifa pelo custo, no qual o benefício da amortização seria revertido na prorrogação das concessões para os consumidores que pagaram pelos ativos.

4. Atualmente, 85% da indústria está no mercado livre. Se pagou, por que não tem direito a receber? Em meio a uma crise sem precedentes, como retomar o crescimento econômico preterindo a indústria nacional e os demais consumidores do mercado livre, responsáveis por 33% do consumo de eletricidade do país?

5. Amortização das usinas ocorreu quando não existia mercado livre. Depreciação paga pelos consumidores antes da possibilidade de migração e em troca de um benefício futuro prometido - que nunca chegou, no caso daqueles que optaram pelo mercado livre.

6. Não considerar os consumidores do mercado livre vai no mesmo sentido da injusta e não isonômica MP 579, que transferiu o benefício da amortização apenas para os cativos. Para piorar, alocou no consumidor cativo risco impossível de ser gerenciado por ele, o hidrológico. Se a promessa era de que a tarifa teria redução de 20% entre 2013 e 2018, a medida de cunho populista fez com que as tarifas dobrassem, contra uma inflação de 32% no período.

7. Grande risco de paralisia do processo de capitalização. O conceito de modicidade de tarifas e preços está colocado no mesmo nível de prioridade na legislação, vide Lei 10.848/2004 e Decreto 5.163/2004. O setor elétrico está viciado e não aguenta mais tanta judicialização.

8. MP 1.031/21 reconhece que os consumidores do mercado livre são tão merecedores do benefício quanto os do cativo. Não há justificativa técnica ou econômica para distinguir consumidores em função de seus supridores de energia. A alocação do benefício na CDE permite a divisão de forma proporcional entre todos os consumidores do país, sem viés populista de curto prazo.

9. É enviesada a justificativa de que o encargo da CDE, em termos unitários, é maior para o cativo em comparação com o livre. Por ser cobrado em MWh, o consumidor com uso mais intensivo de energia elétrica, em geral a indústria, que está majoritariamente no mercado livre, acaba pagando mais por consumir mais energia. Além disso, a transição das quotas da CDE só será concluída em 2030.

10. A explosão tarifária recente é resultado de um modelo comercial esgotado e a destinação de recursos apenas para o cativo não resolverá os problemas, vide MP 579. É preciso modernizar o setor, melhorando a alocação de riscos e custos, com liberdade de escolha do consumidor.

A íntegra da carta está disponível na área restrita do site da Abraceel, seção “Cartas Abraceel”. Por fim, solicitamos reunião com as autoridades citadas, para detalhar os argumentos apontados na carta.



Abraceel marca presença na Agenda Setorial

Matéria em 1 minuto

- Reginaldo Medeiros participou de painel que discutiu a desestatização da Eletrobras, alertando sobre propostas não isonômicas no relatório que afetam o mercado livre;
- Bernardo Sicsú representou a Associação na discussão sobre mercado de gás e sua integração com o setor elétrico.



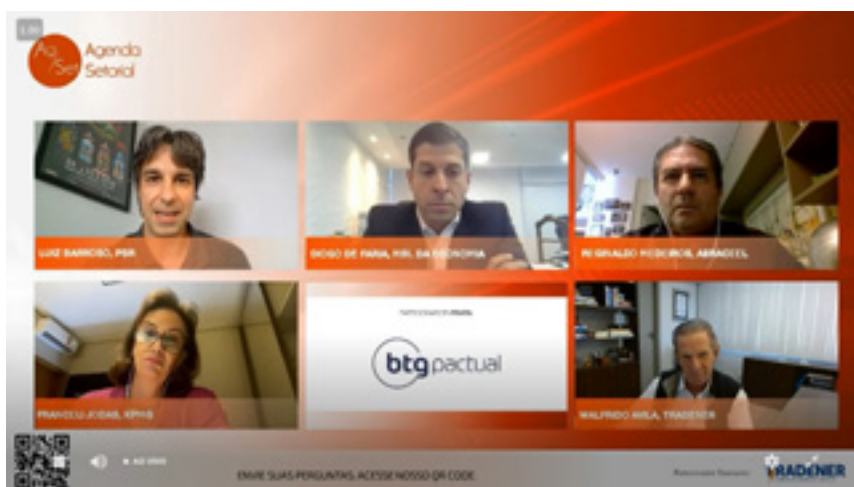
Tempo de leitura:
2 minutos

Reginaldo Medeiros participou do evento Agenda Setorial, promovido pelo Canal Energia, no dia 26.04, no painel que debateu os desdobramentos da desestatização da Eletrobras para o setor elétrico. Na sua fala, apontou a preocupação da Abraceel com a possibilidade do relator da MP 1031, deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), propor em seu relatório a destinação do bônus de outorga das novas concessões da Eletrobras na parcela destinada ao setor elétrico apenas para o consumidor cativo (ACR). Alertou que a falta de isonomia na destinação dos recursos trará problemas ao setor, com risco de judicialização.

Cota é sempre uma forma de empurrar custo para o consumidor

Apesar desse ponto de atenção, Reginaldo manifestou apoio à MP 1031, destacando que o projeto traz muitas oportunidades ao setor elétrico e o principal deles é a descotização das usinas da Eletrobras. Outro desafio refere-se ao poder de mercado que a Eletrobras poderá ter na formação de preços, já que uma vez privatizada, deterá 30% da energia do mercado.

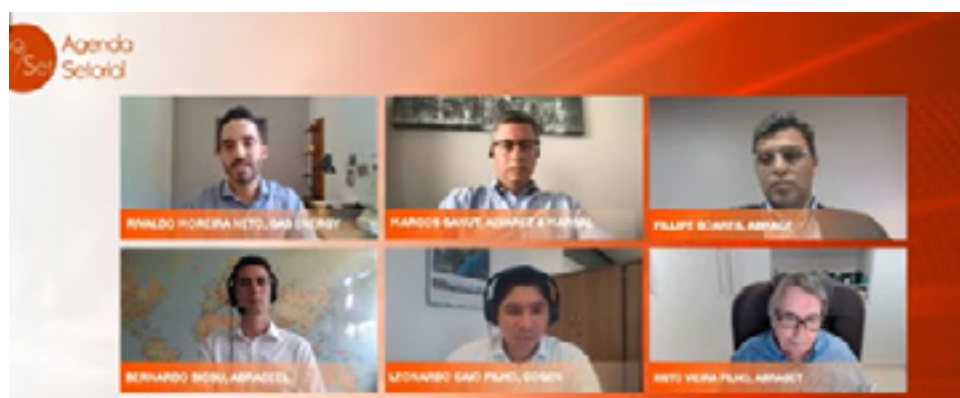
Ademais, concordou com o secretário Diogo Mac Cord, que também estava no painel, quando afirmou que a organização do mercado é mais importante que o processo de capitalização da Eletrobras. Frisou que somente com o direito de todos os consumidores escolherem o seu fornecedor de energia é que novos patamares de competitividade serão alcançados no mercado elétrico brasileiro. Embora seja considerado prioritário, o projeto não avança, porque outros temas são sempre colocados à frente e isso prejudica os avanços no setor.



O caminho é o mercado

No dia 28,04, foi a vez de Bernardo Sicsú, diretor de eletricidade e gás, representar a Abraceel no painel que discutiu os impactos da aprovação da lei do gás para o setor elétrico. No debate, Bernardo destacou o papel dos comercializadores na expansão do mercado elétrico, apontando a necessidade de acelerar a abertura e pôr fim à contratação de novos legados, sendo o modelo do mercado de capacidade o caminho a ser seguido.

Bernardo ressaltou que a expectativa é que nos próximos anos seja vista uma maior contribuição do mercado livre na expansão termelétrica, oferecendo flexibilidade e soluções alternativas para viabilizar esses empreendimentos em soluções de mercado. Também enxerga um maior protagonismo do comercializador nesse ambiente mais integralizado de energia e gás, a exemplo dos associados da Abraceel, onde mais de um terço já possui autorização na ANP para comercializar gás.



Por fim, destacou a necessidade de acelerar a regulamentação do novo mercado de gás, porque ele só será realidade quando tiver consumidor contratando livremente de novos ofertantes.



ABRACEEL NA MÍDIA



MegaWhat | Abraceel pede audiência com relator da MP da Eletrobras para discutir bônus da privatização.

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



Canal Energia | Executivos pedem pressa na eliminação de gargalos do gás

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



CURTAS

Pelo futuro da energia

Na próxima semana, dia 06.05, às 11h, a Abraceel, Abrace e CLP recebem o Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e o Deputado Federal Paulo Ganime (NOVO-RJ) para debater o PL 414/2021, que introduz avanços no modelo comercial do setor elétrico brasileiro, entre os quais define prazo para a vigência da portabilidade da conta de luz, garantindo a liberdade de escolha do fornecedor de energia elétrica para todos os consumidores brasileiros. Como se sabe, o PL 414/2021 está na Câmara dos Deputados, mas sua tramitação ainda não foi iniciada. O evento visa conscientizar os tomadores de decisão sobre a importância de avançar com a liberdade de escolha do consumidor. Realizado em parceria com a Abrace e o Centro de Liderança Pública, o encontro também contará com a presença de Alexandre Viana, da Consultoria Thymos Energia, com comentários sobre a experiência internacional, além de Reginaldo Medeiros, presidente da Abraceel, e Paulo Pedrosa, presidente da Abrace. O evento será transmitido no YouTube pelo link: <http://bit.ly/webinar-414>. Contamos com a sua presença!



PMO Maio – CCEE aborda restrições enquadradas na previsibilidade

No primeiro dia do PMO de maio, em 29.04, a CCEE abordou restrições de vazões defluentes de usinas, cuja alteração é enquadrada nos critérios de previsibilidade considerados para cálculo do PLD. Sobre as defluências das UHEs Jupirá e Porto Primavera, nos dias anteriores ao PMO foram realizadas alterações nas vazões mínimas, via FSARHs, que estenderam o período das restrições de 31.05 para 31.10. No caso de Jupirá, o valor era de 4.000 m³/s e foi reduzido para 3.700 m³/s. Em Porto Primavera a redução foi de 4.600 m³/s para 4.300 m³/s. Como se esperava, a CCEE confirmou que essas alterações serão consideradas na formação de preços apenas a partir do PMO de junho, valendo a informação prévia para o mês de maio, a fim de cumprir a antecedência prevista na Resolução CNPE 07/16. Cabe apontar que a CCEE declarou que pretende ter uma presença constante nas reuniões do PMO, conforme solicitação da Abraceel.

Para o cálculo do PLD de Maio (a partir de 01.05)		
UHE	Maio	Junho em diante
Jupirá	3.700	4.000
Porto Primavera	4.300	4.600

Para o cálculo do PLD de Junho (a partir de 29.05)		
UHE	Junho a Outubro	Novembro em diante
Jupirá	3.700	4.000
Porto Primavera	4.300	4.600

Sobre eventual redução adicional nas vazões mínimas dessas usinas, foi informado que o Ibama ainda está analisando o caso e que será dada a devida previsibilidade aos agentes da sua decisão.

Assembleia CCEE

A CCEE promoveu sua 22ª Assembleia Geral Ordinária, para deliberação das demonstrações financeiras referentes ao ano de 2020. Os agentes associados aprovaram os relatórios das auditorias dos processos de contabilização e liquidação financeira das operações, definiram a remuneração e benefícios dos membros dos conselhos Fiscal e de Administração e acompanharam a apresentação dos principais resultados do ano passado, além das perspectivas para 2021.

CP 23/2021 Aneel – Contratação das pequenas distribuidoras

No dia 27.04, em reunião da diretoria colegiada da Aneel, foi discutido o cumprimento do Acórdão 2.915/2020 do TCU que determinou à Agência a regulamentação de controles para verificar o cumprimento da exigência imputada às distribuidoras pequenas (com mercado próprio anual inferior a 700 GWh) de adquirir energia pelo menor custo efetivo ao consumidor. Segundo a norma legal, essas distribuidoras podem adquirir energia por meio de (i) leilões de compra no ACR, (ii) de geração distribuída, (iii) da atual supridora, com tarifa regulada, ou (iv) por processo de licitação pública por elas promovido. A Aneel entende que já estão presentes na regulamentação vigente os controles necessários, porém, como a determinação do TCU tem força cogente, foi instaurada a CP 23/2021, com prazo para contribuições até o dia 11.06. A Abraceel analisará os documentos da CP para eventual revisão da regulamentação pertinente.

Abraceel participa do GT ANACE

Em 29.04, a Abraceel, representada por Bernardo Sicsú, participou do GT da ANACE que debateu a nova lei do gás. Em sua apresentação, a Abraceel reforçou os dispositivos para criação do novo mercado de gás e o que ainda precisa ser feito para avançar na regulamentação. **A apresentação completa está disponível na área restrita do site Abraceel, em "Apresentações Exclusivas".**

Einstein agradece associa- das da Abraceel e solicita apoio à nova iniciativa

O Hospital Israelita Albert Einstein enviou correspondência à Abraceel agradecendo o apoio das empresas associadas na campanha destinada à ampliação e melhoria da infraestrutura de unidades públicas de saúde públicas geridas pelo Einstein em São Paulo (Hospital Municipal M'Boi Mirim – Dr. Moisés Deustch e Hospital Municipal Vila Santa Catarina – Dr. Gilson de Cássia Marques de Carvalho). Foram arrecadados R\$ 21 milhões e construídos 90 novos leitos de UTI. Ressaltaram, entretanto, que os desafios ainda são enormes e há muito por fazer. Neste momento, o Einstein pede continuidade do nosso apoio para tratar os pacientes com COVID-19 que não necessitam de hospitalização ou que estão se recuperando após uma internação hospitalar. A área de atuação compreende uma população de cerca de 380 mil moradores da região sul da cidade de São Paulo – área de grande vulnerabilidade social – nos bairros de Campo Limpo, Vila Andrade e Paraisópolis. Essa é a população que será beneficiada

por uma plataforma de saúde digital, que irá incorporar prontuário médico eletrônico, telemedicina, telemonitoramento, big data e AI (inteligência artificial).

Para mais informações e doações: relacoes.institucionais@einstein.br ou (11) 2151-0310. Está disponível no site, seção “Biblioteca” -> “Apresentações”, apresentação sobre a nova iniciativa do Einstein.

Mensagem do Einstein encaminhada à Abraceel:

“Desde o início da pandemia, o Einstein recebeu de uma vasta rede de doadores recursos financeiros, materiais e equipamentos, que foram integralmente transferidos para ações junto ao Sistema Único de Saúde (SUS) e comunidades carentes. O apoio das empresas associadas à ABRACEEL ajudou a fazer a diferença! Os recursos foram destinados à ampliação e melhoria da infraestrutura de unidades públicas de saúde públicas geridas pelo Einstein em São Paulo – como respiradores mecânicos, monitores, bombas de infusão e outros equipamentos médicos. Entre os beneficiados estão o Hospital M’Boi Mirim – Dr. Moysés Deutsch e o Hospital da Vila Santa Catarina – Dr. Gilson de Cássia Marques de Carvalho. As doações fazem parte do compromisso Einstein no apoio ao sistema público de saúde por meio da transferência de práticas, conhecimento e recursos que contribuam para a qualidade do atendimento oferecido à população.”

Errata calendário Abraceel

Informamos que na versão física do calendário Abraceel 2021, enviado para as associadas, as datas do mês de maio estão impressas erradas e o mês de julho não aponta o dia 31. Pedimos desculpa pelo ocorrido e solicitamos que considerem o calendário abaixo:

05 **MAIO**

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

 Dia do Trabalhador
 Reunião do Conselho



07 **JULHO**

D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

 26 anos da Lei 9.074, que permitiu ao consumidor comprar energia diretamente da empresa fornecedora
 Reunião do Conselho





GOVERNANÇA ABRACEEL

Quinzenalmente, nós da Abraceel, vamos te ajudar a compreender melhor como funciona a governança da Associação.

Na última edição da série “Governança Abraceel” explicamos como funciona o processo de eleição do Conselho de Administração. Mas você pode estar se perguntando: “Quais são as competências do Conselho?”. Por isso, nessa semana vamos abordar as funções e atividades do Conselho de Administração da Abraceel.

COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- As decisões do Conselho são tomadas por maioria simples e o Presidente possui voto de qualidade, a ser exercido nos casos de empate;
- Compete ao Conselho as seguintes funções:
 - Submeter à AGO as diretrizes básicas, objetivos, metas, estratégias, orçamento e o programa de trabalho da Abraceel relativos ao exercício subsequente – documento de Planejamento Estratégico;
 - Submeter à AGO os relatórios das atividades, da prestação de contas e do balanço geral da Abraceel relativos ao exercício anterior, acompanhados de parecer de auditoria independente. Em 2021, realizamos essa Assembleia no dia 25.02;
 - Aprovar o Regimento Interno e submeter à AGO alterações do Estatuto social, assim como as suas modificações;
 - Contratar, empossar e destituir o Presidente Executivo e os Vice-Presidentes e estabelecer o valor e a forma de remuneração dos respectivos cargos;
 - Aprovar as alterações de até 20% no orçamento aprovado em AGO e acompanhar a execução orçamentária;
 - Aprovar a documentação que retrate posicionamentos estratégicos da Abraceel;
 - Aprovar o ingresso de novas associadas e deliberar sobre a exclusão de associada;
 - Aprovar o ajuizamento de ação judicial e/ou a interposição de recursos perante a administração pública;
 - Definir as diretrizes para o Planejamento Estratégico da Abraceel e acompanhar e avaliar as atividades, metas e ações da Diretoria Executiva;



- Decidir sobre interpretação e casos omissos do Estatuto Social.

COMPETÊNCIAS DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Convocar, instalar e presidir as reuniões do Conselho;
- Indicar o seu substituto nos casos de sua ausência, escolhido entre os Vice-Presidentes;
- Convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, quando o Conselho deliberar realizá-las;
- Cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno;
- Convidar para comparecimento às reuniões do Conselho os diretores e colaboradores da Abraceel, representantes de associadas, consultores e outros considerados necessários;
- Assegurar, por parte do Conselho, a eficácia do sistema de acompanhamento e avaliação da Abraceel, dos membros da Diretoria Executiva e do próprio Conselho.

Continue nos acompanhando para mais explicações sobre a governança da Abraceel!



PRÓXIMA SEMANA

03.05 – Segunda-feira: Vice-Presidência de Estratégia e Comunicação se reúne com o IDEC, às 11h, para discutir a agenda do mercado de energia;

Vice-Presidência de Energia participa do Encontro do PLD, promovido pela CCEE, às 15h.

04.05 – Terça-feira: Grupo Técnico da Abraceel realiza reunião com Sinval da Gama e Alexandre Zucarato, Diretores do ONS, para discussão sobre a divulgação das informações que impactam na formação de preços, às 14h; **Os dados de acesso à reunião foram enviados por e-mail ao GT.**

Alexandre Lopes participa de evento online da associada Ibitu Energia, no painel "Tendências e oportunidades no mercado de energia", às 15h.

05.05 – Quarta-feira: Bernardo Sicsú participa de reunião com ANP e Fórum do Gás para tratar das ações regulatórias para o Novo Mercado de Gás, às 15h;

Diretoria Executiva se reúne com Marcelo Loureiro, conselheiro da CCEE, às 16h.

06.05 – Quinta-feira: Abraceel e Abrace realizam webinar “Pelo Futuro da Energia: Avançar no PL 414 é necessário”, com participação do Ministro Bento Albuquerque e do deputado federal Paulo Ganime (NOVO-RJ), às 11h.

A transmissão será feita pelo YouTube em: <http://bit.ly/webinar-414>.

07.05 – Sexta-feira: Vice-Presidência de Energia participa do 3º Workshop sobre o Modelo Conceitual do Mercado de Gás, às 14h.



Alguma sugestão para a Abraceel? Mande um e-mail!

Temos à disposição o e-mail sugestao@abraceel.com.br para que nossas associadas encaminhem suas propostas e sugestões para a Abraceel. Todas as mensagens recebidas serão encaminhadas à Diretoria Executiva para análise e eventuais providências.



CALENDÁRIO ABRACEEL

MAIO

06.05 | 11h - Live com Ministro Bento Albuquerque: pelo futuro da energia

13.05 | 17h - Reunião do Conselho

JUNHO

10.06 | 17h - Reunião do Conselho

JULHO

15.07 | 17h - Reunião do Conselho

A Diretoria Executiva sempre encaminha por e-mail a pauta e os dados de acesso às reuniões. Eventuais alterações também são informadas com antecedência.